



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 3.341/2025, DE 02 DE JULHO DE 2025.**

Altera a Lei Municipal nº 2.943/2018, de 21 de maio de 2018, que regulamenta o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.943/2018, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º. O conselho de administração deve ser estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios:

I- O conselho de administração será composto por, no mínimo, 5 membros titulares e um suplente, sendo:

- a) Um representante do poder público;
- b) Um representante da sociedade civil com reconhecida experiência na área de atuação da organização social;
- c) Um representante da entidade qualificada;
- d) Um representante indicado ou eleito na forma estabelecida pelo estatuto;
- e) Um especialista ou gestor com experiência em políticas públicas ou terceiro setor;
- f) Um suplente com rodízio anual entre as categorias previstas.

II- Os membros eleitos ou indicados para compor o conselho deve ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III- O dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

IV- O conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

V- Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade, devem renunciar ao assumirem funções executivas na organização social.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 2º.** O artigo 5º da Lei Municipal nº 2.943/2018, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 5º. O conselho fiscal da organização social será constituído de 05 (cinco) membros efetivos, na qualidade de membros natos, tendo a seguinte composição:

I- Um representante da Secretaria da área de atividade autorizada;

II- Um representante da Secretaria competente para tratar das finanças do Município;

III- Um representante da Secretaria competente para tratar do planejamento das ações da gestão municipal;

IV- Um representante da Secretaria competente para tratar da administração municipal;

V- Um membro indicado pelas entidades representativas da sociedade civil;

§1º - Os membros indicados para compor o Conselho Fiscal terão mandato de quatro anos, permitida a recondução por igual período.

§2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á quadrimestralmente, em sessões ordinárias, e, extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou a requerimento de qualquer de seus membros.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 3.296/2024, e demais disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, 02 de julho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM Nº 041/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.341/2025, de 02 de julho de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 02 de julho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.341/2025, de 02 julho de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 041/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 02 de julho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM Nº 026/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.**

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador Igor Costa Martins  
Presidente da Câmara Municipal  
Nesta.

Com os cumprimentos de estilo, submeto à apreciação de Vossa Excelência e dos respeitáveis membros dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 2.943/2018, de 21 de maio de 2018, que regulamenta o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais.

A iniciativa justifica-se diante da necessidade de adequar a composição, as competências e os procedimentos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e participação social, conforme preconizado pela Lei Federal nº 9.637/1998, bem como pelas normativas que regulam a atuação das entidades do Terceiro Setor.

Nos últimos anos, o Município de Quixeramobim tem avançado na implementação de parcerias com Organizações Sociais para a execução de atividades de interesse público, especialmente nas áreas de saúde. Contudo, verificou-se a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle e avaliação da atuação dessas entidades, garantindo maior efetividade e legitimidade às ações desenvolvidas.

Assim, na certeza da pronta acolhida a presente proposição solicito a Vossa Excelência submeter a matéria proposta a competente análise dos respeitáveis membros dessa Câmara Municipal para apreciação em caráter de **urgência simples**, pela relevância de seu conteúdo.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim (CE), 18 de junho de 2025

Atenciosamente,

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 015/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.**

Altera a Lei Municipal nº 2.943/2018, de 21 de maio de 2018, que regulamenta o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º-** O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.943/2018, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º O conselho de administração deve ser estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios:

I- O conselho de administração será composto por, no mínimo, 5 membros titulares e um suplente, sendo:

- a) Um representante do poder público;
- b) Um representante da sociedade civil com reconhecida experiência na área de atuação da organização social;
- c) Um representante da entidade qualificada;
- d) Um representante indicado ou eleito na forma estabelecida pelo estatuto;
- e) Um especialista ou gestor com experiência em políticas públicas ou terceiro setor;
- f) Um suplente com rodízio anual entre as categorias previstas.

II- Os membros eleitos ou indicados para compor o conselho deve ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III- O dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

IV- o conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

V- Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade, devem renunciar ao assumirem funções executivas na organização social.

**Art. 2º** O artigo 5º da Lei Municipal nº 2.943/2018, passa a vigor com a seguinte redação:



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 5º O conselho fiscal da organização social será constituído de 05 (cinco) membros efetivos, na qualidade de membros natos, tendo a seguinte composição:

- I- Um representante da Secretaria da área de atividade autorizada;
- II- Um representante da Secretaria competente para tratar das finanças do Município;
- III- Um representante da Secretaria competente para tratar do planejamento das ações da gestão municipal;
- IV- Um representante da Secretaria competente para tratar da administração municipal;
- V- Um membro indicado pelas entidades representativas da sociedade civil;

§1º Os membros indicados para compor o Conselho Fiscal terão mandato de quatro anos, permitida a recondução por igual período.

§2º- O Conselho Fiscal reunir-se-á quadrimestralmente, em sessões ordinárias, e, extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou a requerimento de qualquer de seus membros.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 3.296/2024, e demais disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, 18 de junho de 2025.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
Prefeito Municipal

Sanccionado e Transformado em Lei/Sob o No.

3.341 de 02.07.2025

*Cirilo Antonio Pimenta Lima*  
Prefeito Municipal

*Arquivado em 25/07/25*  
*Arquivo*  
*25/07/25*  
*Arquivo*  
*Arquivo*  
*Arquivo*